

**AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA: PARA ALÉM
DAS TRINCHEIRAS DISCURSIVAS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO/AGRÍCOLA**

**AGROECOLOGIA Y SOBERANIA ALIMENTARIA EN LA AMAZONIA: LAS
BARRERAS DISCURSIVAS DEL MODELO DE DESARROLLO
AGRARIO/AGRICOLA**

**AGROECOLOGY AND FOOD SOVEREIGNTY IN THE AMAZON: BEYOND THE
DISCURSIVE TRENCHES OF THE AGRARIAN/AGRICULTURAL
DEVELOPMENT MODEL**

José Aparecido Lima Dourado¹

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo refletir sobre a ligação entre a agroecologia e a soberania alimentar, a partir da realidade amazônica, com vista a problematizar as particularidades regionais a serem consideradas ao se tratar da temática, visto que, no Brasil, o fortalecimento do debate sobre o assunto dá-se no contexto da transição agroecológica, principalmente nas regiões/locais onde os movimentos sociais de luta pela terra (MST e Via Campesina, entre outros) têm atuação marcante.

Palavras-chave: Agroecologia; soberania alimentar; agricultura camponesa; modos de vida; Amazônia.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the link between agroecology and food sovereignty, from the Amazonian reality, in order to discuss regional differences to consider when dealing with the subject, since, in Brazil, strengthening the debate on the subject takes place in the context of agroecological transition, especially in areas / places where social movements struggling for land (MST and Via Campesina, among others) have outstanding performance.

Key-words: Agroecology; food sovereignty; peasant agriculture; livelihoods; Amazon.

¹ josephdourado@yahoo.com.br Universidade do Estado do Amazonas

RESUMÉN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la relación entre la agroecología y la soberanía alimentaria, de la realidad amazónica, con el fin de discutir las diferencias regionales a considerar cuando se trata con el tema, mientras que en Brasil, el fortalecimiento del debate sobre el tema tiene lugar en el contexto de la transición agroecológica, especialmente en áreas / lugares donde los movimientos sociales que luchan por la tierra (MST y Via Campesina, entre otros) tienen un rendimiento excepcional.

Palabras-clave: Agroecología; soberanía alimentaria; agricultura campesina; modos de vida; Amazonia.

“Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres”.

Florestan Fernandes

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar o presente texto, é importante destacar que estamos em comum acordo com a concepção de que “a agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova *revolução agrária* não só no Brasil, mas no mundo inteiro” (ALTIERI, 2012, p. 15, grifo do autor). De antemão, gostaríamos de fazer um alerta ao leitor (na verdade, trata-se mais de um posicionamento político) em relação à abordagem que ora apresentamos sobre Agroecologia, pois temos a preocupação em romper com o estigma de que o debate acerca desse tema seria algo fundamentado por arcaísmos imaculados, atrasados, e cuja factibilidade seria inconcebível no contexto da sociedade moderno-industrial, caracterizada pelas redes de comunicação, informação e fluxos intensos de capitais e pessoas. Partimos do pressuposto de que essa discussão se constrói a partir dos antagonismos entre modelos civilizatórios distintos, cuja materialidade e conteúdo revelam, por um lado, o protagonismo da lógica globalizante neoliberal, do poder exercido pelo progresso tecnoeconômico e, em contraposição, estão os movimentos antiglobalização econômica, encabeçados pelos movimentos sociais de resistência no campo. Esses apresentam a Agroecologia como um projeto político, e além de tê-la como enfrentamento ao modelo de desenvolvimento atual, eles a têm, também, como forma de territorialização do campesinato no campo (RABELLO, 2013). Nossa opção por defender a Agroecologia é, portanto, uma opção pela agricultura camponesa. Feitas essas ressalvas, esperamos contribuir para ampliar os

horizontes da discussão sobre Agroecologia a partir das práticas e experiências adquiridas mediante pesquisas e atividades de extensão desenvolvidas junto a assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais ao longo dos últimos seis anos em diferentes contextos geográficos, como o sudeste goiano, a região do Pontal do Paranapanema (SP) e a região Oeste do estado do Amazonas.

É por meio da relação entre Agroecologia e soberania alimentar, enquanto elementos importantes da luta anticapital, que queremos atrair interlocutores para estabelecer um diálogo crítico acerca das ideias que ora socializamos. Trata-se, na verdade, de um esforço teórico-analítico, no sentido de colocar nossas impressões/leituras sobre o assunto sob o crivo da crítica, de modo a nos possibilitar estabelecer as fronteiras discursivas dos resultados iniciais das pesquisas em andamento. Embora não seja nosso objetivo neste trabalho, estamos atentos às implicações decorrentes da reestruturação produtiva do capital, cujos desdobramentos têm impactos sobre o assunto que tratamos neste texto, pois esse processo redefine as formas de expressão do trabalho, tanto no campo quanto na cidade, fato que exige de nós uma abordagem cuidadosa em relação ao mesmo, de modo a fugir de uma leitura fragmentada.

A realidade do campo brasileiro é diversa, complexa e convive, desde a década de 1970, com a consolidação da “Revolução Verde”, em que se destaca o dipolo moderno/produtivo *versus* atrasado/improdutivo – demonstrando as disputas políticas e de classes materializadas na questão agrária. Cabe mencionar a intencionalidade e ideologia implícitas nessa dualidade, estabelecida no cerne da expansão do agronegócio, pois o moderno está pautado no uso de técnicas e modelos (ou seja, privilegiando a acumulação por espoliação) em detrimento do atrasado, adjetivo atribuído à agricultura voltada para o autoconsumo, predominantemente centrada em práticas tradicionais de cultivo, no trabalho familiar, nos agrossistemas e na economia de ciclos curtos. Esse modelo de desenvolvimento rural, baseado na expansão agroindustrial, é altamente excludente e destruidor dos recursos naturais. Teubal (2008, p. 140) define o agronegócio como

[...] um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a essa especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração.

Os argumentos discursivos utilizados para sustentar o agronegócio favorecem significativamente a sua inserção social, sem que haja maiores processos de rejeição por parte da sociedade como um todo. Houve, sob nossa perspectiva, uma domesticação do conhecimento e da realidade social no tocante à própria função da terra e do trabalho com a terra, visto que, cada vez mais, a produção de alimentos perde espaço para a produção de *commodities* agrícolas e agrocombustíveis. Os discursos governamentais e do grande capital objetivam tornar opaca e silenciosa a existência da produção familiar camponesa que se encontra entrincheirada entre um presente de expansão das monoculturas e um futuro de subjugação aos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros (THOMAZ JUNIOR, 2010) que avançam no controle das sementes, dos insumos químicos, das terras e da água.

No Brasil, as culturas com maior destaque e para onde verte a atenção do governo – aquelas utilizadas como exemplo para demonstrar o “progresso” e o “desenvolvimento” do campo – são justamente as que atendem às demandas externas, como é o caso da soja, do eucalipto, da cana-de-açúcar, da laranja, entre outras. A soja tem sido o carro-chefe do agronegócio brasileiro, e o Brasil vem assumindo a responsabilidade de se consolidar como o país provedor de alimentos para o mundo, numa típica e ufanista concepção constituída a partir da “territorialidade moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288), onde o lugar que produz não significa, necessariamente, o lugar que consome.

Nesse sentido, cabe pensar qual o papel da agricultura camponesa nesse limiar de século XXI, em que os desafios são diversos e multiescalares, exigindo dos camponeses a necessidade de organização e fortalecimento para enfrentar os problemas e as armadilhas, frutos dos discursos e das práticas do Estado em consonância com o grande capital. Alertamos, todavia, que fazer esta reflexão não é uma tarefa fácil, porque o *marketing* do campo moderno e produtivo na perspectiva do agrohídonegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009, 2010; DOURADO, 2011) subverte a própria concepção e forma de pensar o papel da agricultura camponesa. Dessa forma, ele cria e dissemina novas epistemologias,

que pulverizam e fragilizam ainda mais a produção familiar voltada para os mercados locais. Mesmo com as crescentes cifras de recursos alocados em *marketing* político-ideológico, o agronegócio já não consegue esconder os efeitos deletérios da apropriação desmesurada da natureza e do trabalho humano. Por trás do agrohíbrido há uma urdidura que sustenta o seu insustentável *modus operandi*, de maneira a moldar as ações do Estado, no sentido deste criar os mecanismos (financiamento e infraestrutura) para viabilizar a territorialização e a monopolização do território pelo capital.

Após esse introito, cremos ter preparado o “terreno” para tratar da relação entre a Agroecologia e a soberania alimentar no contexto das políticas públicas implementadas no campo brasileiro, de modo a contribuir com o debate acerca dessa temática a partir da realidade amazônica, mais especificamente da microrregião do alto Solimões, localizada na porção Oeste do estado do Amazonas. Trata-se de uma região caracterizada pela agricultura camponesa, intrinsecamente atrelada ao regime do rio Solimões, visto que as áreas de vazante são utilizadas para o cultivo de diversas lavouras, como a mandioca, a banana, hortaliças e verduras.

Assim sendo, nosso objetivo é refletir sobre a ligação entre a agroecologia e a soberania alimentar, a partir da realidade amazônica, com vista a problematizar as particularidades regionais a serem consideradas ao se tratar da temática, visto que, no Brasil, o fortalecimento do debate sobre o assunto dá-se no contexto da transição agroecológica, principalmente nas regiões/locais, onde os movimentos sociais de luta pela terra (MST e Via Campesina, entre outros) têm atuação marcante. No cenário amazônico, especificamente, na microrregião do alto Solimões, não é cabível falar em transição, posto que o pacote tecnológico da “Revolução Verde” ainda está por chegar, ou foi introduzido de maneira incipiente por meio dos herbicidas, das roçadeiras² e das sementes industrializadas. Nessa região não há a ocorrência de grandes propriedades, sendo que a maioria das áreas ocupadas pelos agricultores camponeses não possuem titulação, muito embora as famílias já estejam nas terras há muito tempo.

² As roçadeiras movidas a motor a diesel foram distribuídas pelo governo estadual nos anos de 1980, numa tentativa de modernizar o campo.

Para tornar a leitura do texto fluida, ele foi dividido em três itens, além da presente introdução, das considerações finais e das referências. No item subsequente são abordados alguns aspectos conceituais relativos à agroecologia, sendo apresentadas algumas reflexões sobre o assunto a partir da interlocução entre a teoria e as experiências vivenciadas pelo autor durante as imersões no campo, com o conseqüente contato com os camponeses. O item 3 trata da importância social e política de ampliar o debate sobre o tema "soberania alimentar", enquanto estratégia frente aos novos (e velhos) desafios postos para a humanidade no tocante à produção de alimentos e ao controle dos processos produtivos e meios de produção (soberania sobre as sementes, mercados, terra, água e mão de obra). Sob nossa perspectiva, não é possível pensar a soberania alimentar sem colocar no conflituoso campo de análise e debate a ação das transnacionais do setor de insumos e agrotóxicos, porque essas têm interferido diretamente na dinâmica do campo, manipulando um conjunto de procedimentos e estratégias, visando garantir a exequibilidade de seu processo expansionista. No item 4, focamos na necessidade de valorizar as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses do alto Solimões como forma de criar barreiras à introdução de agrotóxicos e sementes modificadas, bem como favorecer a manutenção da diversidade sociocultural e da biodiversidade, já que pelas práticas cotidianas – trabalho na terra – os camponeses contribuem significativamente para manter a riqueza genética expressa, por exemplo, pela variedade de sementes crioulas. Finalmente, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2. AGROECOLOGIA: QUAL A IMPORTÂNCIA DESSE ASSUNTO PARA A SOCIEDADE ATUAL?

Destrinchar as relações que permeiam o tema Agroecologia não é tarefa das mais fáceis, porque envolve elementos políticos, sociais e culturais, sejam eles "velhos" ou "novos", tornando a leitura da realidade complexa. Interessam-nos as manifestações geográficas acerca do assunto, pois esse não é campo exclusivo da ciência geográfica. A Agroecologia é um tema interdisciplinar, estando no horizonte de análise dos geógrafos, biólogos,

sociólogos, agrônomos, entre outros, envolvendo uma trama de relações, formas e sentidos. Assim, temos desde uma visão mais técnica/agronômica até uma visão voltada para as práticas e saberes tradicionais envolvendo o trabalho com/na terra, sendo esses expressos inclusive pela cultura. Isso evidencia a necessidade de termos o cuidado ao analisar/descrever os fatos e/ou fenômenos para não incorrerem no risco de tomar como verdadeiro o que é só aparência, pois cada indivíduo, devido às suas experiências de mundo e perspectivas teórico-metodológicas, interpreta a realidade de forma diferenciada. Paul Feyerabend (2011, p. 42) destaca que “cada um pode interpretar os termos à sua própria maneira e de acordo com a tradição a que pertença”. Particularmente, comungamos da corrente de pesquisadores que pensa a Agroecologia como estratégia emancipatória anticapital, sendo essa um importante instrumento de defesa dos territórios (camponês, indígena, quilombola, ribeirinho, seringueiro, cerradeiro, caatingueiro) e, principalmente, dos *saberes-fazeres* herdados e disseminados por práticas cotidianas entre aqueles que vivem e trabalham a/na terra.

Ressaltamos que o fortalecimento da discussão sobre o tema Agroecologia ocorre quando surge a necessidade de superação do paradigma da produção sob forte controle das transnacionais do setor de insumos químicos, sendo a Agroecologia considerada como uma alternativa para diversos problemas presentes no campo e com rebatimentos nas cidades. Segundo Altieri (2011, p. 103),

O conceito de agricultura sustentável é relativamente recente e surge como resposta ao declínio que a agricultura moderna vem provocando na qualidade da base de recursos naturais. Atualmente, a discussão sobre produção agrícola tem evoluído, partindo de uma abordagem puramente técnica para uma leitura mais complexa, caracterizada por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas.

A modernização agrícola, amparada na promessa de erradicar a fome no mundo, disseminou a utilização indiscriminada de agrotóxicos. Tais práticas predatórias atingem de forma mais intensa os grupos sociais que são mais vulneráveis, ou seja, os grupos desfavorecidos. Criou-se, então, a ideia de que a tecnologia resolveria o problema da fome, quando, na verdade, acabou por

acentuá-lo. De acordo com Guzmán (2004, p. 8), o homem moderno passou a ter uma nova interpretação da natureza e da sociedade, criando *"la ilusión de que, a través de la ciencia y de las tecnologías de ella derivadas, puede transcender la naturaleza y desde fuera de ella dominarla"*. Ainda nessa perspectiva, Rosset (1998, p. 56) chama atenção para os desdobramentos da modernização agrícola, pois conforme o autor, "se inicia un proceso de apropiación privada de la tierra de cultivo comenzando a poder ser comprada y vendida como bienes de consumo, permitiendo su acumulación por unos pocos". Nesse contexto, a luta de classes é algo inerente à discussão acerca da temática Agroecologia, que, por sua vez, encontra-se engendrada na questão agrária, porque traz em seu cerne a disputa entre sujeitos antagônicos e formas distintas de exploração da natureza.

A agricultura moderna no Brasil se caracteriza como aquela que, contraditoriamente, contamina o solo, a água e os alimentos e causa sérios agravos para a saúde dos trabalhadores, como têm demonstrado as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Tramas (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade), sob a coordenação da professora Raquel Rigotto (2011). A realidade de contaminação por agrotóxicos, tanto dos alimentos quanto dos trabalhadores da agroindústria do setor frutícola no Nordeste brasileiro, evidencia as raízes da dominação social expressa pela acumulação por pilhagem, como bem definida por Harvey (2011), bem como a ineficiência da solução tecnológica propalada pela classe capitalista.

Outro aspecto a ser destacado nesse contexto é o fato de não haver uma única leitura/perspectiva/interpretação quando se trata do tema Agroecologia. Esse assunto envolve desde a luta pela terra até mesmo a luta por direitos (à identidade, à soberania, à saúde, etc.), passando, ainda, por uma abordagem bastante técnica sobre as práticas de manejo de solo, pragas, entre outros. Existem diferentes interpretações e definições do que é Agroecologia, com predominância para o aporte teórico fundamentado no campo do pensamento complexo. Altieri e Koohafkan (2008), Caporal, Costabeber e Paulus (2009), Gliessman (2000) e Guzmán (1991, 2004) são alguns dos exemplos daqueles que aprofundaram as análises acerca da temática. Nosso conceito de Agroecologia vai ao encontro da sistematização feita por Guzmán (2004, p. 15), quando o referido autor a define como sendo

[...] o manejo ecológico de los recursos naturales através de formas de acción social colectiva que presentan alternativas al actual modelo de manejo industrial de los recursos naturales, mediante propuestas, surgidas de su potencial endógeno, que pretenden um desarrollo participativo [...].

Ainda nessa perspectiva conceitual, Carneiro *et al.* (2011, p. 599) definem a agroecologia como uma "área do conhecimento social e culturalmente construída para além da ecologia dos sistemas agrícolas e também definida como campo transdisciplinar, com maior ênfase às ciências sociais, agrárias e naturais."

Falar em agroecologia requer, necessariamente, aportar à agricultura camponesa. A partir dessa assertiva, faz-se necessário e urgente refletir sobre as condições sociais e econômicas dos agricultores camponeses, para que as ações no contexto das políticas públicas possam atender às suas demandas. Segundo dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 e pela revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (GLASS, 2011), a agricultura camponesa é responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no país, com destaque para a mandioca (87%), feijão (70%), aves (50%), suínos (59%), leite (58%), milho (46%) e arroz (34%), dados esses reveladores sobre a importância desse setor para a economia do país que, mesmo sem contar com apoio efetivo por parte do Estado, consegue superar os obstáculos e produzir alimentos. Altieri (2011, p. 363) apresenta cinco razões para justificar a valorização da agricultura camponesa, a saber:

- a) Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial;
- b) Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas;
- c) Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade;
- d) Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs);
- e) Pequenas propriedades rurais resfriam o clima.

Acrescentamos, às razões mencionadas pelo referido autor, o fato de a agricultura camponesa ser grande empregadora de mão de obra, estando na contramão do agronegócio que, em virtude da mecanização do processo produtivo em suas diferentes etapas, emprega cada vez menos trabalhadores. Esse é um aspecto que não pode deixar de ser enfatizado, porque coloca por terra o discurso falacioso e midiático utilizado pelo agronegócio, pautado na superexploração do homem e dos recursos naturais e causador de profundos impactos na saúde-ambiente. Mencionamos que o agronegócio se estrutura a partir da ocupação de grandes áreas e da homogeneização ambiental dos sistemas agrícolas, peculiaridade que o torna vulnerável aos efeitos climáticos. Seus benefícios são questionáveis, porque são concentrados sob o domínio de poucos e, contraditoriamente, colocam em risco a produção mundial de alimentos. Nesse contexto, temos uma geografia dos rejeitos e dos proveitos, na qual as vantagens econômicas são concentradas e os prejuízos ambientais e sociais são socializados.

Pensar a Agroecologia é conceber um horizonte de possibilidades para a reinvenção das práticas cotidianas, num constante revisitar de antigas formas de viver e pensar a dialética, própria da relação envolvendo o homem e a natureza. Isso abre, certamente, flancos para a transformação das realidades (no plural, por entendermos que a produção do espaço é diversa e heterogênea), sendo o espaço um processo pautado pelo desejo da emancipação. Nesse texto, não focamos a discussão na transição agroecológica, uma vez que a realidade/espaço da qual fazemos a leitura/interpretação não vivenciou a expansão do pacote tecnológico da "Revolução Verde". O tensionamento entre a expansão da agricultura moderna e a agricultura camponesa até o momento não é um fenômeno materializado no território do alto Solimões, embora já sejam verificados indícios do uso de agrotóxicos em algumas lavouras e a introdução da dendeicultura.

De fato, a abordagem que ora apresentamos desse relevante assunto requer um esforço teórico-metodológico e conceitual, cuja responsabilidade para com o leitor nos coloca, também, a necessidade de articular reflexões que se desdobram tanto da teoria, quando do contato com experiências vivenciadas a partir da imersão do autor em ações relacionadas à Agroecologia em diferentes biomas (Caatinga, Cerrado e Amazônia). Lugares distintos acabam gerando

processos diversos de interpretações, como podemos constatar por meio do exercício de sobrepor as realidades de biomas diferentes. Essa prática é desafiadora, porque há estágios diversos de práticas agroecológicas, modos e condições de vida que acabam interferindo na expressão das relações, não sendo possível tratar da Agroecologia como se fosse uma discussão/conceituação pronta, acabada, morta. Contrariando essa lógica, a construção do conhecimento acerca da Agroecologia é permeada por conflitos, pontos de inflexão e rupturas, pois traduzem a própria dialética da (re)elaboração e/ou perpetuação dos *saberes-fazer*es em sua natureza, fatores que evidenciam o movimento do real.

Nesse diapasão, o território, enquanto *locus* da resistência e das possibilidades, torna-se uma categoria/conceito importante nesse processo de teorização/empiricização acerca da Agroecologia, porque nos permite trazer para o campo de análise as disputas políticas, econômicas e territoriais que estão postas e que devem ser consideradas tanto no plano das políticas públicas, quanto no tocante à formatação da assistência técnica, bem como na organização do campesinato, que tem vivenciado profundas transformações no tocante ao modo de vida, devido aos rebatimentos da ação do Estado e da expansão do capitalismo no campo. Para Guzmán (2004, p. 14), a agroecologia constitui uma forma de resistência popular agrária à modernização, apresentando-se como uma alternativa ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais. Por outro lado, Altieri (2012, p. 159) chama atenção para o fato de que os sistemas agrícolas complexos, desenvolvidos pelos camponeses, acabam garantindo a segurança alimentar da comunidade e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, além de exercer uma série de serviços culturais e ecológicos para os sujeitos do campo.

Em nossa opinião, favorecer a ampliação do debate sobre a agroecologia perante a sociedade é uma das melhores maneiras de fazer o enfrentamento às estruturas “globais” de poder, materializadas pela atuação das transnacionais do setor agroindustrial, bem como colocar em xeque as políticas das organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O conhecimento e a informação são importantes para compreendermos os riscos que a produção de alimentos pautada nos moldes da agricultura industrializada/consumidora de agrotóxicos traz para a saúde da população, de modo a evoluir para um

instrumento de luta em defesa da soberania alimentar e, conseqüentemente, pelo acesso a alimentos produzidos de maneira saudável. O discurso tecnocrático das organizações internacionais (GUZMÁN, 2004, p. 15) tem colocado em risco as práticas agroecológicas das comunidades camponesas e a sociobiodiversidade, implicando a eclosão de lutas políticas e éticas por parte dos sujeitos que procuram manter seu modo de vida a partir da relação metabólica terra-trabalho-produção de alimentos. De acordo com Guzmán (2004, p. 15), os movimentos sociais contribuem com o debate acerca da Agroecologia, através daquilo que poderia ser denominado de "formas de consciência"³ agroecológica. Nesse sentido, a tomada de consciência é de fundamental importância para construir uma articulação entre os sujeitos que vivem no campo, de modo a fortalecer as organizações e fazer o enfrentamento às investidas do grande capital sobre as terras camponesas.

Como a Agroecologia tem sido desenhada como uma resposta contundente ao modelo pautado no agronegócio, o aspecto econômico é incluído nesse debate via *lobby* dos discursos governamentais, pois falar do assunto conota compromisso com a sustentabilidade, configurando uma aura de modernidade às ações e políticas do Estado. Assim, a produção orgânica, comumente confundida como sendo agroecológica, torna-se um campo de disputas, porque se cria uma concepção desvirtuada em relação aos conceitos/formulações, tratando-os desvinculados dos interesses políticos. O campo da produção orgânica já vem sendo apropriado pelo grande capital que produz, por exemplo, o "boi verde" e a "cana-de-açúcar orgânica". Costa Neto (2008, p. 76) destaca que "o agronegócio de produtos orgânicos, baseado na agricultura ecológica de mercado, possui como base de sustentação e legitimação a rede de empresas certificadoras que avalia e ajuda a precificar sua produção". Por outro lado, a agroecologia possui referenciais distintos da produção orgânica, estando intrinsecamente relacionada aos saberes e práticas sociais, tendo a produção um valor para além do econômico, uma vez que traz embutidos valores culturais desconsiderados pela produção convencional pautadas nos princípios mercadológicos.

³ Para Guzmán (2004, p. 15), são cinco as formas de consciência, a saber: a) consciência da espécie; b) consciência de classe; c) consciência de identidade; d) consciência de gênero e; e) consciência de exploração geracional.

Algumas ressalvas devem ser expostas no âmbito deste trabalho, de modo a suscitar futuras reflexões no sentido de avançar no debate (e no embate) sobre a Agroecologia e a territorialização do campesinato, tendo em vista que a expansão do capitalismo no campo representa forte risco para a manutenção das condições e ou o estabelecimento de práticas agroecológicas. Muitos assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais estão cercados pelas monoculturas, tendo sua produção agroecológica inviabilizada devido o contato direto e indireto com produtos químicos e agrotóxicos advindos das grandes lavouras. Essa realidade pode ser elucidada a partir dos assentamentos de reforma agrária da região do Pontal do Paranapanema (SP), onde os assentados sofrem os impactos negativos da expansão das lavouras de cana-de-açúcar, com sérios riscos para a saúde, em função do uso de agrotóxicos – em muitos casos, por meio da pulverização aérea.

Nesse diapasão, como pensar a reprodução do campesinato a partir da perspectiva agroecológica, cuja realidade está marcada pelas fronteiras (in)visíveis da expansão do grande capital no campo? Os camponeses teriam força para resistir e reproduzir seu modo de vida nesse universo em que predomina a hegemonia do agronegócio sob a tutela do Estado, ou esses estariam, mais uma vez, reféns e fadados ao fracasso e/ou subjugação? Esses dois questionamentos nos levam a pensar sobre os limites estabelecidos para a produção agroecológica no contexto agrário brasileiro, haja vista que não há como isolar a produção camponesa dos efeitos nocivos do agronegócio. As disputas territoriais entre agronegócio e agricultura camponesa trazem à tona os limites enfrentados pelo campesinato de base agroecológica, porque o Estado tem feito maciços investimentos financeiros no intuito de estimular a expansão e consolidação do agronegócio. Em decorrência desse processo contraditório, acentuam-se velhos conflitos e fazem aflorar tantos outros, expressando diversas formas de poder e dominação do agronegócio em relação à agricultura camponesa. Estamos lidando com uma contradição interna à própria atuação do Estado, que tenta conciliar interesses políticos e ideológicos distintos sem considerar que se tratam de perspectivas de desenvolvimento totalmente antagônicas.

Diante desse contexto, como consolidar a agricultura camponesa de base agroecológica num universo de expansão das atividades agrícolas pautadas

no modelo do agronegócio? Essa questão é bastante polêmica e não goza de consenso, mas acreditamos ser necessário construir espaços e opções alternativos ao modelo de desenvolvimento rural vigente, cujas disputas e tensões estão para além do campo, pois colocam em xeque o sistema sociometabólico do capital. Além disso, esse imbróglio revela o desenho da nova configuração entre os aliados e adversários.

3. AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

A discussão sobre Agroecologia tem sido feita, frequentemente, de maneira associada à soberania alimentar, como forma de potencializar o discurso de enfrentamento à ideia de progresso pautado na agricultura científica. A modernização da agricultura baseada no modelo industrial acentuou significativamente a degradação ambiental e social, colocando em risco a diversidade genética e biológica dos agroecossistemas⁴, potenciando os efeitos da crise ambiental. É nesse contexto histórico que surge o conceito de "soberania alimentar", no final dos anos de 1980, como desdobramento da progressiva confluência dos processos antagônicos decorrentes da expansão da globalização neoliberal e os conflitos dela decorrentes. De acordo com Altieri (2012, p. 366):

Os movimentos sociais do campo adotam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto como forma de resolver o problema da fome mundial. Em vez disso, o conceito de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados locais e circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor.

Nesse universo de embates políticos e ideológicos, a introdução de um discurso rural anticapital tem sido feita por diversas organizações, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil; os

⁴ De acordo com Altieri (2012, p. 164), esses agroecossistemas são fruto de um processo coevolutivo complexo entre os sistemas naturais e sociais, que originou estratégias engenhosas de apropriação dos ecossistemas.

movimentos camponeses, na Bolívia; os indígenas Mapuche do Chile e os camponeses indígenas de Chiapas, no México. Como é possível notar, são muitos os movimentos camponeses e indígenas que buscam fazer o enfrentamento à globalização econômica, de modo a manter os direitos sobre seus territórios, a preservação de seus costumes e a autonomia sobre as sementes, a terra e a água.

Os movimentos camponeses incluíram a soberania alimentar em sua pauta de reivindicações, sendo ela um dos principais instrumentos de luta no panorama da resistência camponesa ao projeto de globalização agroalimentar, implementado pelas transnacionais do setor de agroquímicos e sementes. Os movimentos camponeses têm alertado sobre os riscos que a dependência desses conglomerados podem trazer para a sociedade de modo geral e, particularmente, para o campo, onde as consequências são imprevisíveis e difíceis de serem mensuradas, uma vez que envolvem desde a produtividade das lavouras, os aspectos socioculturais e a permanência na terra. A soberania alimentar implica “[...] *una producción alimentaria sana, de buena calidad y culturalmente apropiada, para el mercado interior*” (GUZMÁN, 2004, p. 16). Esse referido conceito expressa forte oposição ao modelo neoliberal, bem como à expansão do grande capital no campo pelas agroindústrias e pela hegemonia das monoculturas que acabam por promover a desterritorialização de camponeses e trabalhadores da terra, bem como a redução dos agroecossistemas, que se estabeleceram ao longo dos tempos mediante as práticas e saberes dos camponeses e indígenas.

A atualidade do debate sobre soberania alimentar pode ser explicada pelo fato de estarmos vivenciando uma crise civilizatória, com fortes rebatimentos sobre a classe trabalhadora, com destaque para os sujeitos que vivem no campo, visto que, cada vez mais, a permanência dos camponeses na terra de trabalho é comprometida em função dos processos desterritorializantes, promovidos pelos atores hegemônicos com o propósito de criar as bases para a modernização do campo e, assim, possibilitar a reprodução ampliada do capital. O desenvolvimento do potencial endógeno é outro aspecto importante nessa discussão, porque a autonomia sobre o que será produzido representa o domínio sobre as estruturas e os processos ecológicos, bem como sobre as estratégias de reprodução social dos camponeses. Levar em consideração esses aspectos é

fundamental, pois é nesse universo que os *saberes-fazer*s dos camponeses e dos indígenas potenciam a biodiversidade ecológica e sociocultural. Ainda segundo Dourado (2013, p. 269),

[...] pensar o debate sobre soberania alimentar, reforma agrária, a reprodução do campesinato e agroecologia exige um esforço teórico-político no sentido de avaliar a conjuntura atual e cartografar os pontos de tensão e as fissuras, e a partir deles, fomentar ações que possam representar o avanço do enfrentamento dos camponeses e trabalhadores da terra à subjugação a eles imposta pelo grande capital.

O cenário atual é bastante desafiador para a produção de alimentos pelos agricultores camponeses devido às mudanças operadas no espaço, em decorrência da introdução de novas relações de trabalho e do domínio do modelo agrícola pautado nos monocultivos para atender aos setores hegemônicos do capital. Os rebatimentos da “Revolução Verde” e, mais recentemente, da biotecnologia têm contribuído sobremodo para tornar desigual a relação entre o campesinato e o agronegócio, cujos avanços tecnológicos são utilizados a serviço do grande capital em detrimento de melhorar as condições de produção dos agricultores camponeses. A diversidade cultural das formas de produzir e a própria relação homem-natureza estão na interseção da soberania alimentar, visto que as práticas relacionadas à produção de alimentos sofrem os efeitos das políticas públicas implantadas pelo Estado para promover a modernização do território e, assim, viabilizar a consolidação do sistema agro-alimentício, via inserção do pacote tecnológico. Segundo Teubal (2008, p. 142),

A intensificação do domínio do capital sobre o campo, num ambiente de processos crescentemente globalizados, tem levado à orientação progressiva da produção agropecuária para o "mercado" (em especial para os mercados externos), em detrimento da produção para o consumo próprio, local ou nacional.

Vê-se, pois, que a discussão sobre soberania alimentar não se esgota em si mesma, exigindo o estabelecimento de correlações no sentido de entender que essa representa um dos matizes da luta anticapital e, em sua essência, ela é de cunho emancipatório, porque coloca em xeque a construção imagética de que as sementes melhoradas geneticamente são a alternativa para a produção de alimentos no mundo. Falar em soberania alimentar requer, necessariamente, reconhecer a importância da biodiversidade ecológica e sociocultural, das ações endógenas e das práticas de ajuda mútua entre os agricultores camponeses, pois esses elementos expressam peculiaridades da dinâmica política e da organização produtiva para que o desenvolvimento da agricultura ocorra de forma autônoma e sustentável sob a perspectiva ambiental.

No interregno de uma década (2000), os enfrentamentos entre os movimentos sociais camponeses e os agentes do capital proporcionaram a ampliação do debate acerca da importância de tornar acessível à sociedade, como um todo, o conteúdo político e de classes envolto nessa discussão, de modo a atrair interlocutores para um tema que é de interesse coletivo e não apenas das populações que vivem no campo. Cada vez mais, a sociedade está apropriando-se desse debate, pois, até pouco tempo, alimento saudável era privilégio de poucos, daqueles que podiam pagar pelos ditos "orgânicos". Ao que nos apresenta, embora não com a rapidez desejada, o tema soberania alimentar ganha cada vez mais espaço no âmbito das políticas públicas, nos debates e produções acadêmicas, bem como entre os próprios camponeses, a partir do momento em que os últimos percebem a importância do papel que desempenham para a sociedade mediante a oferta de produtos saudáveis, baratos e diversificados.

Ao que nos parece, ao valorizar a soberania alimentar, atribui-se um importante papel à agricultura camponesa, colocando em evidência a necessidade de revisão dos papéis e dos rumos do desenvolvimento rural no Brasil, porque esse tem ocorrido pela introdução dos monocultivos, pelo uso de agrotóxicos e pela mecanização da produção. Sob o prisma agroecológico, a

soberania alimentar constitui um elemento catalisador de forças no enfrentamento aos ataques sistemáticos efetuados pelos conglomerados agro-químico-alimentares aos territórios camponeses, com o propósito de desestruturá-los e, assim, exercer o controle sobre as sementes, a terra, a água e o próprio trabalho.

Entre avanços e retrocessos, o paradigma agroecológico tem contribuído para o empoderamento dos camponeses que passam a reivindicar ações por parte do Estado por meio de políticas públicas que atendam às suas necessidades. Os movimentos sociais camponeses e indígenas latino-americanos vêm dando visibilidade à face contraditória da hegemonia do agrohidronegócio, no qual a reafirmação no plano político, econômico e ideológico chancela sua expansão sobre territórios ancestralmente ocupados por populações tradicionais.

A soberania alimentar, além de se apresentar como uma proposta política, está preocupada com a produção de alimentos saudáveis. Segundo Cruz e Schneider (2010, p. 28-38), "a alimentação e as escolhas alimentares estão relacionadas ao estilo de vida e a aspectos simbólicos e imateriais". A problemática dos alimentos e da alimentação perpassa uma questão social, quando as dificuldades relacionadas ao consumo de alimentos se tornam casos de saúde, não mais apenas por escassez e desnutrição somente, mas também por tendências do padrão alimentar, refletido na obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e outras relacionadas a dietas altamente calóricas, ricas em gorduras e açúcares. Com a intensificação da industrialização de alimentos no Brasil, a partir da década de 1980, o entendimento sobre a qualidade dos alimentos vem sofrendo alterações. No momento em que se inicia o processo de industrialização, toda a produção e o eventual processamento de alimentos estavam ligados à pequena escala. Assim, as práticas e atividades de transformação e/ou processamento de algumas matérias-primas para conservação ocorriam, principalmente, no ambiente doméstico/familiar e faziam parte da vida dos camponeses. Com a industrialização da agricultura, a escala de produção de alimentos foi redimensionada para o aumento da produção e da produtividade e, desse modo, garantir alimentos em quantidades suficientes para alcançar o mercado externo.

Neste sentido, a soberania alimentar, a nosso ver, contextualiza-se hoje como uma proposta política de enfrentamento ao mercado agroalimentar,

juntamente com os processos destrutivos que vêm sendo apropriados para a produção de alimentos em larga escala para, além disso, cuidar da produção de alimentos versada em ciclos curtos, com vistas para o autoconsumo e para os mercados locais (feiras, quitandas, trocas de sementes e produtos, etc.).

4. AGROECOLOGIA DESDE UMA PERSPECTIVA AMAZÔNICA: REFLETINDO SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA NO ALTO SOLIMÕES (AM)

Ao teorizar sobre agroecologia, tendo como pano de fundo a agricultura camponesa praticada na região Oeste do estado do Amazonas, algumas inquietações e dúvidas tornam-se prementes e fazem surgir tensionamentos no plano das ideias: de fato, as comunidades rurais (indígenas e não-indígenas) estariam fortalecidas a tal ponto de resistirem ou obstaculizarem a entrada do pacote tecnológico da “Revolução Verde” em seus territórios? Como promover as melhorias necessárias para ampliar a produção de alimentos sem recorrer a esse pacote tecnológico? A atuação deficitária por parte das Agências de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) contribui para a manutenção das práticas agroecológicas nas comunidades rurais do alto Solimões ou acaba se tornando um empecilho para a reprodução dessas?

De antemão, afirmamos que não dispomos das respostas concretas para tais questionamentos. No entanto, não consideramos essa incerteza como algo negativo, porque a partir dela é possível refletir sobre os desdobramentos das políticas públicas, visto que essas são, em sua maioria, elaboradas com fortes apelos ao modelo de desenvolvimento agrícola, pautado nos preceitos da modernização agrícola, projeto esse que coloca o Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Apenas em 2010, foi utilizado um bilhão de litros dessas substâncias, movimentando mais de US\$ 7 bilhões de dólares, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os debates acerca da liberação de uso de novos produtos (sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos) são acirrados, deixando à mostra a fúria dos políticos da bancada ruralista e das grandes empresas do setor que buscam fazer pressão junto aos órgãos de fiscalização, como é o caso da Anvisa. Em 2013 veio à tona

o caso da Dow AgroSciences, que fabrica o herbicida 2,4-D⁵, sendo essa uma das empresas que busca a liberação dos transgênicos associados a ele. Um dos problemas levantados pelos órgãos de vigilância (Anvisa e CTNBio⁶) é que a utilização de sementes resistentes a determinados tipos de herbicidas acaba levando a um aumento do uso desses agrotóxicos de forma significativa. O Brasil, além de ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, é também um dos maiores produtores de soja e milho transgênicos. A expansão dos transgênicos teve como desdobramento o crescimento do mercado de agrotóxicos no país porque grande parte das sementes geneticamente modificadas possui resistência a venenos agrícolas. Isso permite maior controle de pragas, mas traz riscos aos consumidores, segundo informa a Anvisa.

Altieri (2012) defende a necessidade de manter o isolamento geográfico de determinadas áreas de agroecossistemas tradicionais e de germoplasma diversificado, pois essas poderão exercer importante papel para a recuperação dos efeitos danosos causados pela agricultura modernizada. Os camponeses do alto Solimões, embora não estejam, em sua essência, isolados geograficamente, não estabelecem trocas de modo intenso com outras regiões do estado ou mesmo do país. Todavia, em algumas situações, a atuação dos órgãos de apoio à agricultura camponesa, como as secretarias de produção (estaduais e municipais), deve ser analisada com cautela, pois a introdução de sementes híbridas nas comunidades rurais tem sido feita por meio desses órgãos. Tal fato suscita outro questionamento: as comunidades camponesas do alto Solimões mantêm as tradições culturais em relação ao trabalho na/com a terra, pois estão relativamente "isoladas" das demais regiões do Brasil, onde a modernização da agricultura se concretizou? Não desconsideramos o fator geográfico, por entender que a superação da distância requer a mobilização de todo um aparato envolvendo infraestrutura, meios de comunicação, transporte e recursos humanos. Todavia, acreditamos que não há, ainda, um interesse efetivo por parte do grande capital em incorporar essas áreas à produção de *commodities*, haja vista que as demais regiões do país continuam sendo atrativas para seus investimentos.

⁵ Conhecido como agente laranja, esse desfolhante foi utilizado pelos EUA na Guerra do Vietnã. O 2,4-D pode provocar efeitos nocivos de dois modos: agudos, que acometem principalmente trabalhadores ou pessoas expostas diretamente à substância, causando enjoo, dor de cabeça ou até a morte, e crônicos, que se manifestam, geralmente, entre consumidores após muitos anos de exposição a doses pequenas do produto, por meio de alterações hormonais ou cânceres.

⁶ Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Uma observação desprovida de certos pré-conceitos em relação à agricultura praticada no alto Solimões (AM) permite descobrir importantes elementos para analisar e caracterizar a produção camponesa (indígena e não indígena), os desafios enfrentados pelos camponeses amazônidas, bem como as estratégias utilizadas por esses sujeitos para permanecer na *terra de trabalho* (MARTINS, 2010), e dela retirarem o sustento da família. Embora resguardadas as devidas particularidades, que não são poucas, podemos afirmar que os problemas verificados no campo, nessa fração do território brasileiro, não destoam da realidade vivenciada nas demais regiões do país. Ou seja, falta de apoio por parte das políticas públicas, inoperância dos órgãos responsáveis por dar suporte técnico e organizacional às famílias assentadas (o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra é um desses exemplos), ausência de infraestrutura para escoamento da produção e falta de organização entre os agricultores são apenas alguns exemplos da longa lista de obstáculos experienciados cotidianamente por aqueles que vivem no/do campo.

Caracterizada pela policultura praticada em pequenas áreas, a agricultura no município de Tabatinga revela toda a complexidade e dinâmica do campesinato amazônico e sua relação com o rio, em função das lavouras cultivadas nas áreas de vazantes, aproveitando, assim, as faixas de terras mais férteis para o cultivo de espécies de ciclo curto. Essas experiências têm demonstrado viabilidade econômica e ambiental, contribuindo para a reprodução do modo de vida camponês, além de colocar em xeque a ideia equivocada de que a agricultura na Amazônia não possui importância para a economia regional. A agricultura camponesa do alto Solimões representa, entre outras coisas, a possibilidade de produção de alimentos, geração de emprego, bem como a manutenção dos *saberes-fazeres* de sujeitos heterogêneos (indígenas, não indígenas, caboclos, pescadores, etc.). Para Altieri (2012, p. 182),

É justamente a capacidade de gerar e manter a diversidade de recursos genéticos que concede aos pequenos agricultores um caráter único que não pode ser replicado pelos outros agricultores que se fiam na uniformidade genética, mesmo que dispunham das terras mais favoráveis.

Considerando esse importante papel desempenhado pela agricultura camponesa, há que se pensar nos desdobramentos das políticas públicas e projetos desenvolvimentistas implementados pelo Estado, cujo escopo é subordinar a produção camponesa aos ditames do capital. Não raro são as investidas do capital e do Estado que levam os camponeses a produzir matéria-prima para ser incorporada às novas cadeias produtivas, com destaque para os agrocombustíveis, carvão, celulose e setores da produção de carnes (aves e suínos). As políticas públicas ainda não conseguiram assimilar as demandas e necessidades da agricultura camponesa. Ao analisar os desdobramentos das ações do Estado, no tocante ao apoio à produção camponesa, vê-se que os parâmetros tidos como referência para a resolução dos problemas desse segmento são os mesmos utilizados para o agronegócio. Nesse universo, desconsidera-se a importância que as tecnologias participativas desempenham junto às comunidades camponesas para as quais essas tecnologias estariam mais adequadas, por que levam em consideração a participação e o envolvimento dos sujeitos nos processos de resolução dos problemas que são inerentes ao seu cotidiano. Impostas, em sua maioria, as políticas públicas acabam transformando-se em obstáculos para os agricultores camponeses, que não conseguem atender às exigências feitas para acessar tais benefícios, dificultando sobretudo a sua permanência no campo.

Entender as tramas socioculturais que envolvem o trabalho desses homens e mulheres com/na terra exige levar em consideração sua historicidade, cosmovisões e cosmologia, visto que todos esses elementos influenciam diretamente no *modus vivendi* do agricultor camponês (vazanteiro ou de terra firme), bem como suas territorialidades. A realidade conhecida por meio do contato com as comunidades rurais dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Atalaia do Norte nos possibilitou conhecer as formas de cultivo, bem como perceber o papel exercido pela agricultura para a manutenção da soberania alimentar da população regional (do campo e das cidades). Trata-se de cultivos com baixo uso de insumos externos, mantendo

ciclos fechados de matérias e resíduos, devido ao fato da ausência do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, além da inexistência de financiamento por parte dos órgãos do governo (em suas diferentes escalas), isso em decorrência dos agricultores não terem o título de posse das terras, haja vista que, em sua predominância, eles são posseiros, ocupantes de terras públicas. Essa agricultura praticada pelos camponeses do alto Solimões está fortemente relacionada à concepção de soberania alimentar, uma vez que eles não possuem dependência dos agroquímicos e estão centrados na produção de alimentos com grande importância nutricional e econômica para a região. No quadro 1, estão relacionadas as principais lavouras temporárias desenvolvidas nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença.

Quadro 1 - Lavouras Temporárias - 2013							
Tabatinga		Benjamin Constant		Atalaia do Norte		São Paulo de Olivença	
Lavouras	Área Plantada (ha)	Lavouras	Área Plantada (ha)	Lavouras	Área Plantada (ha)	Lavouras	Área Plantada (ha)
Abacaxi	9	Abacaxi	20	Abacaxi	04	Abacaxi	5
Arroz	1	Arroz	30	Arroz	10	Arroz	12
Feijão	20	Feijão	82	Feijão	60	Feijão	50
Mandioca	150	Mandioca	250	Mandioca	310	Mandioca	262
Melancia	40	Melancia	80	Melancia	30	Melancia	25
Milho	20	Milho	358	Milho	100	Milho	400

Fonte: IBGE Cidades, 2014.

Organização: DOURADO, J. A. L.

Além dos produtos mencionados no Quadro 1, temos também outras culturas com menor expressividade, como é o caso do tomate, da cana-de-açúcar, da batata-doce, do pimentão, do pepino e das hortaliças. A partir dos dados do IBGE (2013), constatamos que a mandioca é a cultura mais praticada nos municípios analisados, sendo a mesma processada de forma artesanal nas casas de farinha (de uso coletivo ou particular). Da mandioca são

comercializados vários produtos, sendo os principais, a farinha e o polvilho⁷, alimentos muito apreciados pela população local. Geralmente, o processo de produção da farinha e da tapioca envolve os membros da família e, em algumas situações, faz-se mutirão entre os membros mais próximos da comunidade. Essa é uma prática ainda muito presente entre os camponeses do alto Solimões, fato que revela a permanência de relações não capitalistas de produção no seio da sociedade capitalista. A produção de frutas, como cupuaçu, abacaxi, melancia e açaí são expressivas nos municípios pesquisados, contribuindo para a dieta alimentar da família, além de serem comercializadas nas cidades, tanto a fruta, como a extração da polpa, que é comercializada *in natura* nas feiras.

Já nas lavouras permanentes, o destaque fica por conta da produção de banana, largamente consumida pela população local, havendo diversas variedades na região, sendo algumas delas oriundas do Peru, devido à proximidade da fronteira entre esse país e o Brasil. Outras frutas, como o açaí, cupuaçu, pupunha, buriti, mapati, abil, cubil, camucamu, são encontradas nas comunidades, sendo essas incorporadas à dieta alimentar local.

Os policultivos prevalecem com a associação das lavouras de mandioca, abacaxi, milho, banana, feijão e de árvores frutíferas (cupuaçu, açaí, pupunha, entre tantas outras), havendo alto nível de biodiversidade. Esses produtos abastecem as feiras livres das cidades da região do alto Solimões, oferecendo alimentos frescos e com preços acessíveis para a população local. Essas, entre tantas outras práticas dos camponeses, são exemplos de uma produção baseada nos princípios da agroecologia. É importante ressaltar que a diversificação agrícola e a alternância no uso do solo pelos agricultores camponeses promovem a regeneração da fertilidade do solo e a manutenção da produtividade, além de proteger as culturas. Baseadas no conhecimento tradicional, essas práticas têm permitido manter a diversidade de espécies mediante o armazenamento e a troca de sementes entre os próprios camponeses e indígenas. Os laços culturais das famílias camponesas amazônicas com a terra, a água e a floresta são, sob nossa perspectiva de análise, um instrumento fundamental na luta contra o envenenamento da terra, da água, dos alimentos e dos trabalhadores, tanto no tocante ao plano simbólico quanto no concreto.

⁷ Regionalmente conhecido como goma.

As práticas agrícolas desenvolvidas pelos camponeses nesses municípios, em sua maioria, estão livres do uso de agrotóxicos, fato merecedor de atenção por parte dos órgãos do Estado e da própria sociedade civil, pois significa que os alimentos produzidos nessa região e comercializados nas feiras livres das cidades estão isentos de contaminação pelo uso de agrotóxicos. Todavia, durante os trabalhos de campo foi possível observar a introdução do uso de agrotóxicos em duas comunidades, uma no município de Benjamin Constant e outra em Tabatinga. Observamos que o uso de agrotóxicos pelos agricultores camponeses, embora seja um fenômeno pouco expressivo, vem ocorrendo em duas situações específicas: nas lavouras de maracujá e nas áreas a serem cultivadas, para eliminar as gramíneas pelo uso de herbicidas (desfolhantes). Mesmo não sendo uma prática corriqueira, esse fenômeno é merecedor de atenção por parte das agências de assistência técnica (Ater), bem como pelos demais órgãos do Estado que tratam da agricultura, já que tal atitude representa uma mudança de comportamento por parte do camponês, que utiliza os herbicidas como alternativa para a falta de mão de obra.

Nesse sentido, há que se compreender a importância e o significado da agricultura e dos camponeses para a sociedade atual, pois esses sujeitos estão inseridos num conflituoso campo de embate e debate político-ideológico. Pensar sobre suas estratégias de reprodução e em seu modo de vida nos coloca o desafio e a necessidade de abordar disputas que vão desde o plano político até a luta pela terra e pelo território, este último enquanto elemento importante para a sua própria existência, seja ele camponês, indígena, quilombola, ribeirinho, seringueiro, cerradeiro ou caatingueiro. As estratégias utilizadas pelos camponeses do alto Solimões para re-existirem e se reproduzirem enquanto sujeitos sociais, trazem à tona a constante busca desses sujeitos pela valorização de sua identidade territorial, muitas vezes expressa por suas práticas socioculturais. Não basta apenas a terra, é preciso que os camponeses tenham as condições adequadas para poderem produzir, escoar e comercializar o excedente fruto do trabalho familiar, pois esta é condição *sine qua non* para a sua permanência em um universo repleto de contradições, que persiste em negar a existência do agricultor como camponês.

A modernização do campo, em sua essência perversa e concentracionista, procura considerar o camponês como um sujeito residual, em

vias de extinção, tendo-o como arcaico/atrasado para dar vazão ao discurso do desenvolvimento para o campo trazido por eles. Todavia, as pesquisas realizadas nas comunidades rurais no alto Solimões têm demonstrado que o campesinato se reproduz com vivacidade no seio do capitalismo, mediante a luta cotidiana pela manutenção da família, do trabalho e da diversidade cultural e dos agroecossistemas. A Agroecologia se insere nessa discussão como um elemento de enfrentamento ao discurso hegemônico, cujas análises vêm acenando para a uniformidade do campo a partir da sua modernização, baseada na mecanização, na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos.

Embora a agricultura camponesa no alto Solimões seja vista com certa descrença por parte dos órgãos de governo, bem como por uma parcela da sociedade, cuja concepção de agricultura é baseada no modelo do agronegócio, as experiências produtivas verificadas nas comunidades rurais onde foram realizados os trabalhos de campo possibilitam-nos fazer alguns apontamentos, no sentido de suscitar o debate sobre qual modelo de agricultura prevalecerá nas próximas décadas na região e quais as alternativas endógenas a serem fortalecidas para garantir o desenvolvimento territorial para a sustentabilidade do campo. Nessa arena de conflitos, muitos desafios estão postos para os agricultores camponeses do alto Solimões em função de uma série de fatores: primeiro, porque a concepção de desenvolvimento pautado na lógica da produtividade do agronegócio chega com força, mesmo onde esse não está presente; segundo, as políticas e ações implementadas pelo Estado trazem em seu cerne o ideário da base tecnológica, pautada na "Revolução Verde"; por último, mas não encerrando a lista de complicadores, temos ainda o *marketing* midiático, que vai construindo de forma paulatina e ascendente a negação à agricultura tradicional e familiar.

Esse emaranhado de elementos políticos e ideológicos traz impactos nefastos para a agricultura camponesa, porque o *modus operandi* das forças controladoras é, na essência, conflituoso, com a perspectiva de aceleração da produção com vistas a atender ao paradigma do desenvolvimento econômico. Um alerta é necessário ao enveredar pela temática da Agroecologia, pois, enquanto no contexto brasileiro há autores que discutem o assunto a partir da transição agroecológica, a realidade empírica sob a qual nos debruçamos é rica em experiências produtivas pautadas nos princípios agroecológicos, e em que o

saber popular e tradicional deve ser respeitado e considerado como um instrumento potencializador do desenvolvimento local, a partir de um paradigma que leve em consideração as dimensões sociopolíticas e culturais dos sujeitos a serem beneficiados, como forma de trilhar caminhos potenciais para a emancipação.

Tal perspectiva é desafiadora, uma vez que demanda a necessidade de valorizar as iniciativas locais de organização da produção e do trabalho, para garantir que o modelo agrícola de base agroecológica, centrado no controle social e participação popular, continue hegemônico no alto Solimões, podendo constituir um exemplo exitoso para o desenvolvimento agrícola a ser adotado em outras regiões do Brasil, onde a agricultura baseada no modelo industrial atingiu seu ápice de saturação.

CONCLUSÕES INCONCLUSAS: OS CAMINHOS POR TRILHAR

Ao chegar ao final deste texto (inconcluso em sua natureza), buscamos reforçar que a agricultura camponesa possui uma forte relação com a agroecologia, devendo ser considerada como patrimônio ecológico, no qual o controle deve ser popular, por se tratar eminentemente de uma atividade produtora de alimentos, como forma de contraposição ao domínio das grandes empresas do agronegócio ou de grandes redes de supermercados. Assim, não há inconsistência ao afirmarmos que a agricultura camponesa é a base social da Agroecologia.

Não há como tratar do tema Agroecologia sem reportar às formas simbólicas, os *saberes e fazeres* camponeses. Garantir a singularidade dos sujeitos/comunidades produtores de alimentos é um desafio que transcende as políticas públicas e adentra outros espaços, inclusive a universidade (ensino, pesquisa e extensão), a partir do enfoque de determinadas áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Geografia, Agrárias, entre outras. Acreditamos, também, ser impossível furtar-se ao debate político e ideológico que perpassa a Agroecologia, visto que a complexa teia de relações na qual o tema se insere requer o exercício dialético do pensar-refletir-agir, no sentido de

entender os conteúdos político e de classes envolto nesse assunto. Se a Agroecologia vem ganhando espaço nos debates políticos e acadêmicos, nas políticas públicas e na sociedade em geral, tal visibilidade não traduz um fenômeno "natural". Pelo contrário, representa o desdobramento dos diversos embates travados pelos movimentos sociais de luta pela terra a partir de 1990, que buscam, por meio do enfrentamento ao Estado e ao grande capital, defender os territórios camponeses e mantê-los autônomos em relação aos conglomerados agro-químico-alimentares e seus transgênicos.

A consolidação do debate sobre Agroecologia tem ocorrido num campo conflituoso, porque essa vem, justamente, contrapor-se ao modelo hegemônico do agronegócio ao defender uma agricultura pautada nas particularidades locais, nos valores tradicionais, bem como na produção de alimentos mediante circuitos curtos de comercialização e consumo. Agroecologia e soberania alimentar constituem, nesse horizonte de análise, o par dialético, suscitando diversas indagações para as quais ainda não existem respostas prontas, acabadas devido à natureza incipiente dos debates acerca da temática.

Ao analisar a agricultura camponesa praticada na microrregião do alto Solimões, vemos que os princípios agroecológicos são predominantes, que o trabalho na/com a terra está alicerçado em *saberes e fazeres* decorrentes das experiências cotidianas, adquiridas por meio do convívio social entre aqueles que vivem no campo. Caracterizada pelos policultivos, a agricultura local está organizada para atender à demanda local de alimentos, com a produção de mandioca, banana, milho, feijão, hortaliças, verduras e frutas, culturas, essas, desenvolvidas, principalmente, nas áreas de vazante do rio Solimões e de seus afluentes. Esse fato revela a sabedoria e o conhecimento do camponês sobre a realidade na qual está inserido, buscando aproveitar ao máximo os benefícios e recursos naturais disponíveis, sem causar impactos significativos para os ecossistemas.

Mesmo com a ausência de políticas públicas que contemplem suas demandas, os agricultores camponeses do alto Solimões têm produzido uma diversidade de alimentos de forma saudável e sem o uso de agrotóxicos, dando relevo à importância desse segmento no contexto atual, em que o modelo de desenvolvimento rural, baseado nos ideais da "Revolução Verde", deixa evidente o seu fracasso.

Com a palavra, os camponeses: aqueles que produzem os alimentos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A.; KOOHAFKAN, P. Enduring farms: climate change, smallholders and traditional farming communities. In: **Environment and Development Series 6**. Penang, Third World Network, 2008

_____. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. In: **The Journal of Peasant Studies**, vol. 38, nº. 3, July 2011, 587–612. Disponível em: <http://agroeco.org/wp-content/uploads/2009/11/Altieri-and-Toledo-JPS-38.3-2011.pdf>. Acesso em: 23/11/2014.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CAPORAL, F. R., PAULUS, G., COSTABEBER, J. A. (Org.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Paulus: Brasília, 2009.

CARNEIRO *et al.* Agronegócio x agroecologia: a busca pela justiça ambiental. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidades e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

COSTA NETO, C. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 71-81.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade dos alimentos, escala de produção e valorização de produtos tradicionais. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**. 2010, p. 22-38.

DOURADO, J. A. L. Expansão do agrohidronegócio no Semi-árido nordestino e os conflitos por terra e água: revisitando a questão campo-cidade. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 115-126.

_____. Papel da agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na mesorregião do Alto Solimões (AM), Brasil. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 265-276

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2011.

GLASS, Verena. Agricultura em família. **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, 27 jul. 2011. Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 28/04/2015.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GUZMÁN E. S. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re" construcción de la soberanía alimentaria**. Córdoba, [s. n.]: 2004.

_____. Uma proposta de desenvolvimento rural endógeno para Andalucía. In: **Revista de Estudios Regionales**, n. 31, 1991, p. 251-264.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. *Censo Agropecuário*. 2006. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 12/10/2014.

_____. IBGE Cidades (2013). Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 08/08/2014.

_____. IBGE Cidades (2014). Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 23/09/2014.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RABELLO, D.; THOMAZ JÚNIOR, A. Havendo uma mesa com alimentos agroecológicos, há uma família camponesa territorializada no campo. **Anais... VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, João Pessoa, 2013.

RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidades e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ROSSET P. **Mitos de la revolución verde**. Oakland: Food First, 1998.

TEUBAL M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, ago. 2010, p. 92-122.